

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

ANDRÉIA DOS SANTOS DA SILVA DA ROSA

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CULTIVO DO FUMO EM SÃO JOÃO DO SUL
NAS DÉCADAS DE 1960 A 1990**

CRICIÚMA - SC

2014

ANDRÉIA DOS SANTOS DA SILVA DA ROSA

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CULTIVO DO FUMO EM SÃO JOÃO DO SUL
NAS DÉCADAS DE 1960 A 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado(a) no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto.

CRICIÚMA - SC

2014

ANDRÉIA DOS SANTOS DA SILVA DA ROSA

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CULTIVO DO FUMO EM SÃO JOÃO DO SUL
NAS DÉCADAS DE 1960 A 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel/Licenciado, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História Local, Regional e do Ambiente de Vida.

Criciúma, novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Henrique Zanelatto - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Tiago da Silva Coelho – Mestre - (UNESC)

Prof. Rafael Rodrigo Muller - Doutor - (UNESC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pelo dom da vida e pela oportunidade maravilhosa de realizar o sonho da graduação.

Ao meu marido, que se manteve forte ao meu lado, que me apoiou sempre e me contemplou com sua amizade e amor.

À minha família que compreendeu minha ausência, e sempre esteve apostos para me ajudar.

Ao meu orientador, João Henrique Zanelatto, que com paciência e sabedoria me ajudou a conduzir este trabalho.

Aos agricultores, pelo carinho e receptividade no momento da pesquisa.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para este momento.

“O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria produz”.

Karl Marx

RESUMO

Este trabalho busca identificar as várias relações de trabalho existentes no cultivo do fumo na cidade de São João do Sul/SC, abrangendo o período que vai da década de 60 a 90. No mesmo, tem-se o intuito de compreender em que contexto se faz necessário as relações de trabalho, analisa-se a exploração do trabalhador no cultivo do fumo e como estão engajados nesta cultura as crianças e adolescentes. No primeiro capítulo, faz-se uma análise de algumas das produções historiográficas do estado de Santa Catarina, relativas ao tema, buscando evidenciar os temas tratados referentes ao fumo, mas que não abrangem as relações de trabalho. No segundo capítulo, através do uso da história oral e das obras como a de Paulilo, buscou-se estabelecer como ocorrem as relações proprietário/empresa fumageira, proprietário/agregado ou arrendatário e agregado ou arrendatário/trabalhador temporário.

Palavras-chave: Relações de trabalho, fumo, São João do Sul.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FETAESC	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A INVISIBILIDADE NA HISTORIOGRAFIA SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CULTIVO DO FUMO EM SANTA CATARINA.....	12
3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PRODUÇÃO FUMAGEIRA EM SÃO JOÃO DO SUL/SC.....	27
3.1 ARRENDATÁRIOS E AGREGADOS	29
3.2 PRODUTORES DE FUMO PROPRIETÁRIOS DE TERRA E ESTUFA.....	34
3.3 TRABALHADORES TEMPORÁRIOS	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

As relações de trabalho no cultivo do fumo ocorrem de diversas formas durante o cultivo desta planta, que demanda muita mão-de-obra. Os agricultores que se dedicam ao plantio do fumo, na maioria das vezes buscam apenas com sua família suprir a necessidade de mão-de-obra, mas nem sempre isso se torna possível. Com o decorrer do tempo as famílias tem se tornado cada vez menores, e por isso se faz uso, com maior frequência, de trabalhadores autônomos, chamados no meio de “piões”. Muitos se utilizam ainda do sistema de troca de serviço para suprir a falta de mão-de-obra.

Os agricultores da cidade de São João do Sul/SC são o foco desta pesquisa. Busca-se com a mesma compreender as relações de trabalho empregadas por eles no cultivo do fumo, no período que abrange os anos 1960 até 1990, momento em que o cultivo do fumo esteve em auge no município.

O fumo foi uma planta cultivada inicialmente pelos indígenas no Brasil, sendo muito utilizado em rituais. Com a chegada dos portugueses e outros povos, o mesmo passa a ser cultivado para suprir as necessidades familiares, mas acabou se espalhando pelo país, tornando-se, em muitas regiões, principal fonte de renda para as famílias.

Os trabalhadores do fumo estão expostos diariamente à vários riscos; o mal tempo pode ser seu inimigo, os agrotóxicos podem causar varias doenças, os proprietários de terra os exploram e as empresas compradoras do produto sempre o desvalorizam a ponto de o trabalhador não ter recursos para se manter até a próxima safra.

O processo de cultivo do fumo é composto por várias etapas, é nelas que se faz o emprego de mão-de-obra dos “piões”. Buscou-se identificar quais são essas etapas, em quais funções os trabalhadores contratados são colocados e como se utiliza as crianças e adolescentes no trabalho.

As etapas do plantio do fumo são bastante curtas, sendo que esta planta só pode ser cultivada em um determinado período do ano, por questões que envolvem o clima. A primeira etapa é o plantio realizado geralmente em dias de chuva, pois a planta precisa de água para fixar raízes na terra, e com a chuva o agricultor economiza o trabalho de ter que trazer agua até a roça, para molhar as

plantas; nesta etapa é bastante comum as crianças trabalharem, pois o trabalho é considerado mais leve, e ocorre também a troca de serviço com os vizinhos.

Na segunda etapa do plantio, o trabalhador faz uso apenas de bois, para manter a planta bonita e bem cuidada, sendo que os animais também são empregados nesta atividade. Na terceira etapa, a mais pesada por sinal, é o momento onde se faz necessário o maior emprego de mão-de-obra, a colheita. Na colheita são usados animais e muitos braços para que tudo corra bem, sendo a planta bem sensível a doenças, o que pode gerar prejuízo ao agricultor.

Na última fase, depois que o fumo já foi plantado, colhido e seco, o agricultor faz um trabalho, onde ele separa as folhas por cor e as amarra em “bonecas”, para que desta forma consiga um bom preço pelo seu produto na hora de vendê-lo às fumageiras.

Tem-se como principal objetivo compreender as relações de trabalho no cultivo do fumo em São João do Sul/SC, dentre elas proprietário/produtor, produtor/empresa, agregado/proprietário, trabalhador/família, além de se buscar perceber se houve ou há o trabalho infantil, se o trabalhador se vê na condição de explorado e explorador e qual a relação do mesmo com a terra.

Existem hoje várias pesquisas sobre o trabalho no Brasil e no estado; muitos pesquisadores tem se dedicado a esse tema, assim como muito se produz sobre o fumo e seus malefícios. O que não se vê muito são pesquisas que tratem dos trabalhadores do fumo e das relações estabelecidas durante o processo de cultivo. Este trabalho busca dar visibilidade para estas relações.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e monografias referentes à temática. Outra fonte fundamental para dar conta do objeto de pesquisa foi a fonte oral. Foram realizadas 06(seis) entrevistas com trabalhadores envolvidos no processo de produção de fumo no período. Além das fontes orais foram utilizados dados do IBGE.

No que tange às referencias para esta pesquisa utilizamos o conceito de história oral de Paul Thompson e o conceito de experiência de E. P. Thompson. Em relação à história oral Ferreira afirma que:

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das

estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades (FERREIRA, 2002, p.330)

Sobre a historia oral Paul Thompson expressa em sua obra “A voz do passado” que “a história oral é tão antiga quanto a própria historia”, mas é uma prática que até pouco tempo não era utilizada, sendo que a mesma vem se mostrando com uma riqueza muito promissora no estudo da historia. A história oral tornou possível o contato com a vida das pessoas que trabalham há muitos anos com essa planta, sendo uma fonte essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

O trabalho com fontes orais possibilita ao historiador acesso à informações de suma importância ao tema. Para que isso ocorra cabe aos profissionais da história trabalhar com a memória, o que permite reflexões sobre cada ponto de vista. Afinal, cada narrador impõe sobre sua historia uma visão e cabe ao historiador ler nas entrelinhas dessa narrativa e retirar dela a essência dos fatos.

A memória está na cultura e é através dela que se externa as práticas diárias e o cotidiano, sendo que seu uso não está desprovido de riscos, pois sofre frequentemente com influencias externas, e por isso se faz tão importante o papel do historiador ao interpretar as memórias, tornando-as assim parte da historia.

No que tange ao conceito de experiência Thompson afirma que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses se diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2011, p.10).

Para que se possa fazer uso e discutir o conceito de trabalho é necessário entender que o mesmo muda de definição ao longo do tempo. Pode ser considerado como toda transformação executada pela ação humana, a transformação da matéria natural em cultura, sendo que o que é trabalho em uma cultura pode não ser em outra, tendo sempre como objetivo o esforço para atingir um fim (SILVA; SILVA, 2012).

Assim, esta pesquisa foi dividida em dois capítulos: o primeiro intitulado: “A invisibilidade na historiografia sobre as relações de trabalho em Santa Catarina”.

No mesmo, procurou-se fazer uma análise de algumas das obras produzidas no estado que abordaram temas relativos ao fumo ou ao trabalho nesta cultura, concluindo neste primeiro capítulo que a maioria das obras analisadas faz uma descrição de todo o processo de cultivo do fumo, com foco em seus respectivos temas, sendo que quase nenhum deles faz menção às relações de trabalho.

Quanto ao segundo capítulo intitulado: “As relações de trabalho na produção fumageira em São João do Sul/SC”, abordaram-se algumas das relações de trabalho estabelecidas durante o processo de produção do fumo no município de mencionado, nas décadas de 60 a 90. Foram analisadas as relações empresa fumageira/proprietário de terra, patrão/agregado, patrão/ arrendatário e agregado/ trabalhador temporário.

2 A INVISIBILIDADE NA HISTORIOGRAFIA SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CULTIVO DO FUMO EM SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina, de acordo com a Associação de Fumicultores Brasileiros - AFUBRA é um dos maiores produtores de fumo do Brasil, perdendo apenas para o Rio Grande do sul. A produção de fumo envolve cerca de 60 (sessenta) mil famílias em mais de 250 (duzentos e cinquenta) municípios espalhados pelo estado. Esses municípios produzem juntos mais de 11(onze) mil toneladas de fumo por ano, sendo o mesmo do tipo Virginia, a qualidade do produto mais cultivada no estado (AFRUBRA, 2014).

Na produção historiográfica se encontram hoje vários trabalhos sobre o cultivo do fumo no estado, porém poucos ou quase nenhum tratam das relações de trabalho que existente na sua produção. Existem obras como artigos, teses e alguns livros que tratam do tema, mas na sua maioria buscam identificar as etapas da produção, as relações com as empresas fumageiras e o sistema de produção integrado. É possível encontrar ainda alguns trabalhos relacionados ao Ministério da Saúde, onde se busca conhecer os malefícios causados pelo fumo à saúde do produtor.

Um dos primeiros trabalhos localizados na historiografia de Santa Catarina é o livro de Maria Ignez Paulilo, Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde consta um capítulo dedicado ao cultivo do fumo. O livro tem como título *“Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina”*, e foi publicado em 1990 pela editora da UFSC.

Na obra, a autora trata das relações entre produtores e as agroindústrias, não só no cultivo do fumo, mas em outras atividades, como a suinocultura. No capítulo cinco Paulilo trata da fumicultura, ela faz uma introdução do cultivo do fumo na região, trata da organização do trabalho, dos rendimentos e do relacionamento com as empresas integradoras (PAULILO, 1990).

Atendo-se ao tópico em que a autora trata da organização do trabalho na fumicultura, nele se aborda cada etapa do cultivo do fumo com riqueza de detalhes. Para a mesma autora a colheita é o momento mais intenso, e onde mais se utiliza mão-de-obra de fora. O trabalho que não provem da família é o item que mais pesa nos custos da produção de fumo, segundo a autora (PAULILO, 1990).

Se comparada a outras plantações o fumo tem uma demanda quase cinco vezes maior de mão-de-obra do que o milho, por exemplo, conforme pode ser analisado na tabela constante na página 141 da obra em análise.

Isso significa que a fumicultura gera muito mais lucro que outras plantas, mas o que muitas vezes o trabalhador não percebe é que também demanda mais despesas, não só na mão-de-obra, mas nos insumos, fertilizantes e lenha, podendo acarretar ao produtor e sua família problemas de saúde futuros (PAULILO, 1990).

A autora expressa de forma superficial algumas relações de trabalho, como o sistema de troca, bastante utilizado por vizinhos, enquanto descreve o período da colheita, ela fala desta troca e ainda cita o uso de mão de obra externa os chamados "camaradas". Fala do trabalho de jovens que se beneficiam com a troca de trabalho com os vizinhos, pois assim podem conversar com outros jovens e manter de certa forma algum lazer, já que neste período o da colheita não há muito tempo para o descanso, muitas famílias trabalham de domingo a domingo.

Na dissertação de mestrado que trata da relação socioeconômica dos fumicultores-fumageiras da região de Sombrio/ SC e uma proposta de transição agro ecológica de Chistianne Belinzoni de Carvalho, para a UFSC em 2006, encontram-se algumas características das relações dos fumicultores com a empresas fumageiras.

O trabalho de Carvalho (2006) traz elementos novos em relação aos anteriores, não trata exatamente do mesmo tema abordado neste trabalho, mas traz alguns indícios do sistema de exploração da mão-de-obra do fumicultor.

Segundo a autora:

Os dados econômicos e os resultados das entrevistas mostraram que existe uma superexploração do trabalho na produção de fumo, além de apresentar implicações negativas como: as condições desumanas de trabalho e insalubridade, que envolve crianças, jovens e idosos; as condições de moradia, geralmente em péssimo estado de conservação que contrasta com as instalações para beneficiamento do fumo, geralmente em alvenaria e em proporções muito maiores que a sua própria casa; o elevado número de mortes causadas por intoxicações decorrentes do uso de agrotóxicos nas lavouras; o alto custo ambiental devido ao excesso de fertilizantes e resíduos químicos; os alimentos que são deixados de produzir para dar lugar a uma cultura não alimentícia; o elevado custo de produção do fumo que supera a receita e que determina aos fumicultores a mais rebaixada remuneração de trabalho que as estatísticas poderiam supor (CARVALHO, 2006, p.7)

Na citação acima, é possível perceber um pouco da realidade em que vive o produtor de fumo de Santa Catarina. Percebe-se que a produção do fumo envolve uma exploração intensa do trabalhador, além de que não poupa as crianças e nem os idosos do trabalho árduo. Todos nas famílias de produtores de fumo têm uma função pré-determinada dentro do sistema de plantio, colheita e escolha do fumo.

Para a autora uma boa alternativa aos fumicultores de Sombrio/SC, seria o sistema de produção do leite, pois segundo suas pesquisas o mesmo possui varias vantagens aos produtores, não gera malefícios a saúde do trabalhador, não produz danos ao meio ambiente e ainda trata melhor os animais. Ainda segundo dados de sua pesquisa pode gerar renda bastante parecida com a que gera o fumo, sem o empenho de muita mão de obra, o que seria vantagem ao agricultor (CARVALHO, 2006).

Percebe-se ainda por parte da autora uma ênfase no trabalho infantil, o que não se avista nos demais trabalhos analisados. A forma de exploração das crianças no cultivo do fumo é desumana; ressalta também que para as empresas integradoras esse fator é positivo, se favorece com o uso de mão-de-obra barata, e ainda garante a continuidade com as gerações futuras, afinal o que se aprende é somente o trabalho na lavoura, então para as crianças não restará futuro a não ser seguir os passos de seus familiares e continuar na agricultura (CARVALHO, 2006).

A análise de caso feita pela autora conclui que a substituição do cultivo do fumo pela atividade de produção do leite é viável, e pode proporcionar ao agricultor uma melhor qualidade de vida, renda compatível com seu trabalho, além de estabelecer uma relação com a natureza não agressiva, beneficiando assim o meio ambiente (CARVALHO, 2006).

No artigo "*Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil*", de Heron Sergio Moreira Begnis, (Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Vania de Fátima Barros Estivaletete (Doutora em Agronegócios) e Eugênio Ávila Pedrozo, (Doutor em Genie Industrielle pelo Institut National Polytechnique de Lorraine), de 2007, percebe-se um estudo voltado para a relação entre as fumageiras, os trabalhadores e os "atravessadores". Os atravessadores surgem geralmente no período de venda do fumo, os mesmos visitam os produtores de fumo no intuito de comprar o produto por um bom preço e depois revendê-lo.

Segundo os autores, o produtor vê no atravessador uma oportunidade de dinheiro rápido, e às vezes até de uma boa venda, afinal eles não sabem como será a venda de seu produto na fumageira à qual está integrado. Essa venda quase que em sua totalidade é feita sem nota fiscal, sendo que não há registro nenhum da transação. As empresas integradas aos trabalhadores tentam inibir essas vendas, e esses comportamentos oportunistas, mas nem sempre conseguem (BEGNIS; ESTIVALETE; PEDROZO, 2007).

Segundo os autores

Os fumicultores consideram que “desviar” uma parcela da produção para a venda aos atravessadores é um procedimento normal de mercado. Por outro lado, os fumicultores têm consciência de que o compromisso moral é quebrado” (BEGNIS, ESTIVALETE; PEDROZO, 2007, p.319).

Percebe-se com este artigo que os trabalhadores têm consciência do ato ilícito que cometem quando vendem seu produto a alguém que não seja a empresa a qual está integrado. Na maioria dos casos dos trabalhadores a questão moral, a questão da palavra, da honestidade, da confiança é muito mais importante que contratos; no entanto alguns, nem todos, é claro que sempre há exceções, sentem-se um tanto desonestos quando desviam o fumo para os atravessadores.

Para os autores a quebra de confiança e a ação dos atravessadores pode enfraquecer e até desestruturar a cadeia integradora criada pelas fumageiras no sul do país. Sendo também que o fato do trabalhador não ter consciência de que seu comportamento oportunista pode gerar uma instabilidade no sistema integrado, prejudicando toda a estrutura formada até então (BEGNIS, ESTIVALETE; PEDROZO, 2007).

Há ainda na historiografia catarinense a obra que trata da organização e funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil. A mesma teve como coordenadores Buainain e Souza Filho e foi publicada em 2009 pela Unicamp.

Neste trabalho os autores trazem alguns dados novos a presente pesquisa. Segundo eles, a mão-de-obra utilizada no cultivo do fumo é quase que em sua totalidade familiar, sendo apenas 8% (oito por cento) mão-de-obra contratada (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Segundo dados da Afubra, observa-se que somente 21,6% (vinte e um vírgula seis por cento) das propriedades cultivadas estavam inseridas no sistema de

arrendamento ou em regime de parceria entre as safras de 2007-2008, sendo que este número já foi maior em anos anteriores. Segundo os autores não houve aumento nas áreas plantadas no sul do país, mantendo-se a média das safras anteriores a 2007-2008, os mesmos concluem que este fator é devido ao baixo crescimento das famílias, que como já visto em análise anterior, já não são tão numerosas quanto à duas ou três décadas atrás (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Os autores falam ainda da questão da escolaridade, onde se observa que 75% (setenta e cinco por cento) dos chefes de domicílio frequentaram a escola até a 5ª série, 5% (cinco por cento) tinham nível médio e 0,3% (zero vírgula três por cento) curso superior. Observaram ainda que as propriedades agrícolas dos trabalhadores do fumo catarinense têm estrutura bastante parecida, constituem-se de casa, um conjunto de benfeitorias, equipamentos e animais de trabalho (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009), e como foi possível perceber em outras obras, muitas das propriedades têm as instalações destinadas ao fumo melhores que suas casas.

Os autores terminam seu trabalho tratando de questões como a concorrência entre as empresas fumageiras, principalmente de como algumas se favorecem da compra ilegal do fumo, pois a empresa que consegue a compra sem nota tem um lucro muito maior. Mas, para o trabalhador a venda para uma ou para outra é quase irrelevante pois não consegue um preço muito melhor pelo seu produto; sua única vantagem é o não pagamento das dívidas com a empresa ao qual esta integrado ou ainda dinheiro rápido (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Sobre o uso do Equipamento de Proteção Individual - EPI, equipamento de proteção individual nas lavouras de fumo, encontrou-se o trabalho de Gezziano Córdova Nunes, desenvolvido para a obtenção do título de especialista em Segurança do Trabalho, pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, com foco no município de Jacinto Machado/SC, em 2010.

O autor elabora sua obra primeiramente de maneira mais ampla, trata da agricultura familiar no Brasil, depois em Santa Catarina. Fala de todo o processo do cultivo do fumo, como já foi observado em outras obras, e só então começa a tratar do seu tema. Em sua pesquisa ressalta o uso de entrevistas, as quais usam de forma quantitativa, na qual foram entrevistados 15 (quinze) agricultores produtores de fumo na comunidade de Rio de Dentro em Jacinto Machado/SC (NUNES, 2010).

Através de suas entrevistas o autor consegue analisar o que os trabalhadores pensam sobre o uso do EPI, e o porquê de geralmente não fazerem

uso do mesmo. Muitos trabalhadores fazem uso do equipamento somente no momento em que utilizam os agrotóxicos o que mostra seu conhecimento do risco oferecido por eles. Cada fumicultor tem que possuir em sua propriedade um equipamento de segurança, é obrigatório. Se não o possuir não consegue contrato de compra do seu produto com nenhuma empresa integrada (NUNES, 2010).

Mas o que o autor destaca é que mesmo conhecendo os perigos, os trabalhadores usam de pretextos para não empregar o equipamento de segurança necessário em cada etapa do processo de cultivo do fumo. Protegem-se no uso de agrotóxicos, mas não durante a colheita, por exemplo. O autor expõe ainda a questão das condições de trabalho do fumicultor, que são preocupantes, pois destroem e comprometem a saúde do agricultor. Ele afirma ainda que:

[...] a cultura do fumo apesar de ser uma atividade economicamente importante, demanda cargas de trabalho que podem afetar o organismo dos agricultores levando-os ao desgaste e, podendo causar problemas agudos e crônicos de saúde ocupacional (NUNES, 2010, p.48).

Na citação acima o autor deixa evidente, o quanto a carga de trabalho é dura e acaba causando problemas de saúde nos trabalhadores. O que se sabe é que em longo prazo, a cultura do fumo deixa como herança a quem dedicou sua vida a ela, apenas uma velhice cheia de problemas de saúde e sem muitos recursos, pois o cultivo do tabaco pode até gerar um bom lucro, mas ao trabalhador na velhice resta apenas um salário mínimo, que mal cobre as despesas com remédios para tratar doenças adquiridas ao longo de uma vida dura.

Com a pesquisa o autor também verificou que não há equipamentos de segurança adequados aos trabalhadores em algumas etapas do cultivo do fumo, pois muitos afirmam que não fazem uso dos mesmos pela dificuldade de realizar as tarefas, além do desconforto que os equipamentos inadequados causam nas condições climáticas do sul do país (NUNES, 2010).

O autor conclui que os trabalhadores têm pouca consciência quanto aos riscos que o cultivo do fumo apresenta, e que muitos deles não associam as doenças e dores que sentem ao mesmo.

No artigo "*Cadeia produtiva do fumo*", de Carvalho, Binotto e Pereira, publicado pela Secretaria de Estado e do Planejamento de Santa Catarina, pode-se

perceber vários aspectos da produção de fumo. O trabalho traz muitos elementos que envolvem os vários estágios do cultivo do fumo.

Os referidos autores apresentam a configuração e trajetória de constituição do setor do fumo no estado, para isso faz uso de dados da AFUBRA, citando as principais regiões produtoras do estado como "Canoinhas, Rio do Sul, Araranguá, Ituporanga, Tubarão e Criciúma, que, juntas, respondem por 54,2% do total produzido no estado" (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012, p.415).

A obra "*Cadeia produtiva do fumo*" se constitui de maneira bastante completa, no que tange ao tema. Os autores ressaltam elementos históricos de constituição, sendo o fumo uma cultura usada inicialmente pelos indígenas, em especial pelas tribos Tupis-Guaranis. Ainda, segundo eles a primeira região a produzir o fumo no Brasil foi o nordeste, mas com a chegada dos imigrantes a cultura acabou difundindo-se para os três estados do sul, hoje principais produtores do país (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012).

Na referida obra, ressalta-se que o cultivo do fumo se deu no início em pequenas propriedades, produzindo de maneira artesanal o fumo em corda, destinado à pequenas fábricas (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012). O cultivo comercial, segundo Paulilo (1990), só teve início no ano de 1950, sendo implantado pela empresa mundial "Souza Cruz S/A", empresa responsável pela implantação do sistema integrado, que para isso fornecia os insumos necessários para a plantação.

Sobre os índices de desenvolvimento a obra cita baixos níveis na maioria dos municípios produtores de fumo, sendo que apenas dois se apresentam adequados. Nestes municípios a frequência à escola é baixa em comparação com as médias do estado, o que é característico das regiões produtoras de fumo, pois a produção do mesmo demanda muita mão de obra, geralmente familiar, ou seja, todos os membros da família trabalham, o que nem sempre possibilita o acesso a educação dos filhos dos trabalhadores (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012).

A seguir os autores descrevem todo o processo de plantio e colheita do fumo. Geralmente o fumo é semeado em maio, o plantio em julho e agosto, a colheita em dezembro e janeiro, e o período de separação por cor nos meses seguintes até que toda a safra seja vendida a uma companhia.

Tratam da quantidade de classes do fumo, pois:

O tabaco em folha curado está classificado em grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos, segundo o seu preparo, sua apresentação e arrumação e a posição das folhas na planta, cor das folhas e sua qualidade. Conforme o seu preparo, o tabaco em folha curado está classificado em dois grupos: tabaco de estufa e tabaco de galpão (CARVALHO J, BINOTTO; PEREIRA, 2012, p.424).

A quantidade de classes às quais o fumo é submetido acaba prejudicando o produtor, que desconhece muitos dos critérios usados para avaliar seu produto. As empresas compradoras usam esse fator ao seu favor na hora da compra e acabam pagando menos valor no produto e lucrando mais em cima dos trabalhadores.

Seguidamente, os autores traçam um mapa das principais empresas compradoras e beneficiadoras do fumo no sul do Brasil. Na sua grande maioria as empresas instaladas no sul do país são de origem internacional, sendo que apenas uma é 100% (cem por cento) brasileira. A “Brasfumo” foi fundada em 1991, a empresa brasileira detém, apenas 4.600 (quatro mil e seiscentos) produtores integrados (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012).

Segundo dados colhidos pelos autores, a empresa Souza Cruz, pioneira no sistema integrado no Brasil, possui em média 80% (oitenta por cento) de toda a produção do sul do país, sendo a maior empresa do ramo. Estão instaladas ainda no Brasil empresas como a “Philip Morris International”, “Universal Leaf Tabacos Ltda”., “Dimon do Brasil Tabacos Ltda.”, “Continental Tobaccos Alliance (CTA)” e “Kannenberg e Cia. Ltda”. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, de 2003, existem 61 (sessenta e uma) empresas beneficiadoras de fumo no estado, sendo que, desse total, 59 (cinquenta e nove) são microempresas, ou seja, 97% (noventa e sete por cento) do total (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012).

Os autores tratam ainda do tema emprego, no que se refere ao fumo. Os produtores de fumo no Brasil têm algumas características parecidas, e o fato de na sua maioria serem imigrantes alemães e italianos, reforça ainda mais as semelhanças. São mais de 150 (cento e cinquenta) mil famílias neste ramo, o que gera 520 (quinhentos e vinte) mil empregos diretos. "A necessidade de excessiva mão de obra na produção do fumo faz com que toda a família do agricultor participe do processo. Além disso, são necessários trabalhadores temporários, em torno de 40 mil postos" (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012, p.430).

O fumo necessita de muita mão de obra, geralmente familiar, mas em algumas etapas demanda de mão de obra externa, como vemos na citação acima.

Em todo o processo de cultivo do fumo existem relações de trabalho, a familiar, com vizinhos, trabalhadores temporários com os proprietários de terras e com as empresas compradoras.

Para os autores, e segundo o Departamento de Estudos Socioeconômicos o cultivo do fumo tem aspectos positivos e negativos. Expressos na citação abaixo:

[...] as principais vantagens que a cultura do fumo apresenta são, na visão dos agricultores: que a cultura ocupa uma pequena parte da terra, gera a maior renda dentre as demais culturas, a comercialização do produto é garantida, existe o seguro contra granizo, e o crédito é facilitado pela empresa fumageira aos seus integrados. O mesmo grupo também identifica alguns dos principais problemas da cultura: absorve muita mão de obra; a classificação do produto pelas empresas apresenta uma exigência muito alta; a grande quantidade de classes é considerada excessiva; o sistema de integração provoca falta de liberdade de produção e comercialização; a assistência técnica das empresas é considerada insuficiente; há carência de lenha em algumas propriedades para a cura do fumo e a Previdência Social não reconhece as intoxicações por agrotóxicos como doença de trabalho (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012, p.431).

Percebe-se, com este artigo, que o cultivo do fumo traz algumas vantagens ao produtor em relação aos outros produtos; a questão de compra certa é um incentivo, mas ao mesmo tempo uma forma de prender o trabalhador, que na maioria das vezes não se dá conta do sistema ao qual está integrado, só vê os benefícios e não percebe que os benefícios acabam por ser prejudiciais à venda de seu produto.

A questão do uso de agrotóxicos também está presente no artigo em questão. O equipamento de proteção (EPI) foi criado para dar segurança ao trabalhador durante o uso destes produtos; o mesmo é composto por capuz, viseira, avental impermeável, luvas de nitrilas impermeáveis, camisa e calça de algodão hidro-repelente e botas de borracha (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA).

No entanto, os autores levantam a questão de que o agricultor não faz uso do mesmo. Muitas vezes adquire o produto por exigência da empresa a qual está integrado, mas nunca faz uso porque acredita não ser necessário. E desta forma acaba prejudicando sua saúde, por falta de informação e instrução quanto ao perigo que correm ao fazerem uso de agrotóxicos sem proteção adequada (CARVALHO J; BINOTTO; PEREIRA, 2012).

O impacto ambiental gerado pelo cultivo do fumo também está presente no texto analisado. Segundo os autores o fumo é um produto que gera danos ao meio ambiente; o uso de lenha em grande quantidade é um dos fatores e o uso de agrotóxicos também. Para amenizar estes e outros problemas foram criadas algumas estratégias para diminuir o impacto ambiental. As empresas estão incentivando e até exigindo do produtor uma área de reflorestamento nas propriedades; além disso, todos os frascos de agrotóxicos são recolhidos, e devidamente descartados pelas fumageiras.

Outra questão pertinente e presente no texto é com relação às inovações tecnológicas. As empresas vêm buscando aperfeiçoamento para melhorar o processo de cultivo do fumo, o que para elas significa maior quantidade do produto com melhor qualidade. Para isso, criaram-se os “kits float” que permitem ao trabalhador melhores mudas; as estufas de folha solta, onde o processo se torna mais rápido e se tem melhor qualidade na cor do fumo. As inovações tecnológicas são propriedades das fumageiras que se favorecem do uso das mesmas, e ainda assim cobram do produtor valores altos pelos produtos.

No artigo “Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil: características da produção e da organização do território nas áreas rurais produtoras”, dos autores Mizael Dornelles (Graduado em Geografia) e Rogério Leandro Lima da Silveira, (Doutor em Geografia Humana), do ano de 2012, foram encontradas mais informações sobre o cultivo do fumo. Porém esta obra se encontra mais voltada para mostrar como se configura espacialmente e como se organiza o complexo agroindustrial no Brasil.

No primeiro momento o texto busca o contexto do cultivo do fumo no país. Trata do seu início, com os indígenas, até sua expansão e crescimento no sul do Brasil. Segundo os autores o cultivo do fumo no sul do país, foi favorecido pelos solos férteis e pelo “micro clima”, além da gradativa consolidação do complexo agroindustrial, que com aperfeiçoamento tecnológico conseguiu melhorar e aumentar a produção (DORNELLES; SILVEIRA, 2012).

Para os autores, além desses fatores favoráveis, o aumento da produção do fumo no sul também teve influência externa, pois Estados Unidos e Zimbábue, tradicionais países exportadores, entraram em crise nos últimos 15 (quinze) anos, o que favorece a exportação do produto brasileiro, aumentando ainda mais a produção. Segundo pesquisas analisadas pelos autores o consumo do fumo no

mundo tem se mantido estável, apesar de todo o esforço do Ministério da Saúde e de outros órgãos em conter o consumo do mesmo, produto que traz vários danos à saúde (DORNELLES; SILVEIRA, 2012).

Toda a produção e comercialização do tabaco no sul do país estão sob o domínio das grandes empresas fumageiras que atuam no sistema integrado. Nesse sistema:

[...] os agricultores familiares fumicultores, por meio de contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzir o tabaco na quantidade e de acordo com as instruções técnicas de qualidade definidas pelas empresas, e a repassar a elas integralmente sua produção, em troca da garantia pelas empresas do fornecimento de insumos, de assistência técnica, da intermediação de financiamento junto aos bancos, do transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas, e da compra integral do tabaco (DORNELLES; SILVEIRA, 2012, p.8).

Os produtores de fumo do sul sofrem de diversas formas com a exploração; as empresas usam destes contratos para manter o fumicultor preso a elas, facilitam os financiamentos, vendem os insumos para receber em produto, mas, no entanto esses benefícios são somente mais artimanhas para se apossar do produto “suado” do agricultor.

Segundo os autores um fator de muito interesse, tem sido a questão do processo de comercialização do tabaco, pois o produtor não tem voz ativa na venda de seu produto para as fumageiras (DORNELLES; SILVEIRA, 2012).

O processo de comercialização do tabaco tem revelado uma total subordinação dos fumicultores às empresas, na medida em que são elas que decidem, de acordo com seus interesses, o grau do rigor a ser adotado na classificação do tabaco. Atualmente, inexistente uma efetiva fiscalização, ou mesmo o arbitramento necessário e independente da classificação praticada na entrega do tabaco, por parte de representantes do governo federal ou dos governos estaduais (DORNELLES; SILVEIRA, 2012, p.17).

Através do trecho citado acima é possível perceber o grau de subordinação e submissão do produtor/trabalhador do fumo perante as empresas compradoras de seu produto, além do descaso dos órgãos competentes quanto à fiscalização dessa venda, para que a mesma seja justa e honesta.

Os autores, por fim, ressaltam que mesmo com as inovações técnicas que surgiram o cultivo do fumo não deixou de utilizar em todas as etapas a mão-de-obra do trabalhador; a mesma continuou sendo vital para a manutenção dos diferenciais de qualidade do tabaco produzido na região sul.

Dentre os trabalhos que tratam do cultivo do fumo em Santa Catarina, foi encontrada a dissertação de mestrado de Daniel Uba, da Universidade Federal de Santa Maria, com o tema “*Agricultores familiares e diversificação nas áreas de cultivo de tabaco: o caso de Monte Castelo/SC*”, de 2012.

A pesquisa busca analisar as estratégias criadas pelo governo federal para diversificar as regiões produtoras de tabaco, fazendo um estudo de caso do município catarinense de Monte Carlo.

Segundo o autor, a diversificação nas propriedades produtoras de tabaco foi uma exigência mundial. Para os agricultores a diversificação é entendida como a presença de múltiplas atividades desenvolvidas na propriedade, praticada ao longo das gerações. Mas a adesão ao sistema de diversificação está ligada aos benefícios que o novo cultivo pode trazer ao trabalhador, sendo que geralmente nenhum outro produto consegue dar a segurança e o retorno financeiro que o fumo proporciona (UBA, 2012).

Com a pesquisa de Daniel Uba (2012), é possível constatar que na cidade em questão os trabalhadores estavam dispostos a substituir o cultivo do fumo pelo de outro produto, desde que esse novo cultivo lhes gerassem a mesma segurança e renda que o fumo. Como nenhum outro produto pode manter o mesmo padrão da estrutura que o fumo oferece, o trabalhador prefere continuar, pois já detém as práticas e os saberes referentes à cultura do fumo.

A tese de Soraya Franzoni Conde, desenvolvida para obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade Federal, com o título “*A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense*”, de 2012, traz elementos novos e ainda não vistos na historiografia de Santa Catarina, sobre o trabalho da criança e do adolescente no cultivo do tabaco.

Em sua pesquisa a autora busca analisar em quais circunstâncias ocorre o trabalho ou ajuda da criança no cultivo do fumo, e como se dá a relação com a escola nesses períodos. Para ela a exploração da mão-de-obra infantil e adolescente ocorre no ambiente familiar, pois os mesmos trabalham sem jornada de trabalho definida e sem salários, além do mais, esse trabalho é confundido com ajuda e tem sentido educativo (CONDE, 2012).

Segundo a mesma autora:

Para os agricultores, a inserção de crianças e adolescentes no trabalho do campo é o meio pelo qual ensinam os “saberes da terra”, numa lembrança saudosista às formas artesanais de aprendizagem anteriores à instituição da

escola, do trabalho produtor de mais-valia e à forma industrial de produção (CONDE, 2012, p.26).

Como é possível perceber na citação de Conde acima, para os agricultores o trabalho infantil é natural; é através dele que se transmitem os saberes herdados de seus pais, além de valores morais para com a sociedade e a vida.

A autora segue falando do sistema integrado de trabalho utilizado em larga escala em Santa Catarina e de como o mesmo gera muito lucro às fumageiras, pois a mão-de-obra provém da família, que está presa à empresa pelo contrato assinado antes mesmo do início do processo de cultivo (CONDE, 2012).

Para as fumageiras, segundo Conde (2012), o custo do fumo seria muito maior se os mesmos tivessem que pagar trabalhadores para desenvolver o processo de cultivo do fumo. No entanto, como o trabalho é desenvolvido pelas famílias o custo do fumo sai muito mais barato à empresa integradora, afinal como já foi visto em outros trabalhos, elas decidem preço, qualidade e tudo mais que envolva o produto em questão.

Ainda neste tema a autora fala da questão onde as empresas integradas quando questionadas sobre o trabalho infantil no cultivo do fumo, alegam ser uma questão social e um problema familiar, não delas (CONDE, 2012).

Sobre a análise de alguns dados a autora fala que em 2010, 21% (vinte e um por cento) dos trabalhadores do fumo eram menores de 16 (dezesesseis) anos, segundo dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina - FETAESC. Relaciona ainda a questão da exploração do trabalho infantil estar ligada a países e regiões pouco desenvolvidas; fala também que os problemas que afetam os trabalhadores rurais e os impedem de reproduzir a vida dignamente, estão relacionados com os resquícios do passado escravocrata de nosso país e com as relações sociais desenvolvidas pelas forças do capitalismo europeu (CONDE, 2012).

Para Conde (2012), "o trabalho domiciliar conjugado com o trabalho assalariado existe desde os primórdios do sistema capitalista na Inglaterra". A autora justifica seu pensamento citando Marx (1988), que afirma em sua obra que "a produção capitalista do século XIX movimenta por fios invisíveis trabalhos familiares, realizados em espaços privados, por sistema de produtividade, e nele toda a família, incluindo as crianças, trabalham na produção".

Portanto para os autores, desde a produção capitalista, a exploração da família e da mão-de-obra infantil se fazem presentes na sociedade.

No trabalho em análise constam ainda algumas questões do trabalho infantil, tanto no Brasil quanto em Portugal. A autora cita a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, consideradas as mais avançadas do mundo no que tange ao trabalho infantil, que ainda assim, não são suficientes para o impedimento da exploração do trabalho infantil. Fala também do uso da escola pelo estado capitalista para combater o trabalho infantil (CONDE, 2012).

A autora conclui sua tese citando a importância de se perceber que a raiz da exploração do trabalho infantil está antes do capital, pois antes das fábricas elas já trabalhavam seguindo preceitos religiosos e ritmos impostos pela família. Segundo a mesma, o trabalho infantil passa a ser um problema quando não é mais voltada a valores de uso da família e sim a produção da mais valia. Conde afirma que: "Nesse sentido, a luta contra a exploração de crianças é, indiretamente, uma luta contra as condições materiais de vida que culminam na exploração dos adultos" (CONDE, 2012, p.169).

Para Conde a escola nasce da necessidade social de preparar o trabalhador para viver em sociedade. Ela serve como refúgio e nela a criança pode passar um tempo longe do trabalho, e ainda, tornar-se mais produtiva no mesmo durante os períodos em que não está na escola. Para a autora existem diferenças entre a ajuda prestada à família e o trabalho a que as crianças são submetidas durante o processo de produção do fumo. Para ela:

Essa forma de exploração diferencia-se da real ajuda à organização da vida familiar onde as crianças organizam seus brinquedos, retiram o prato da mesa após a refeição ou ainda lavam a louça que utilizaram. Essa ajuda é diferente de ter que colher folhas de fumo durante as férias ou ainda de ter que ser responsável pela limpeza da casa e pelo almoço dos adultos da família (CONDE, 2012, p.170).

Compreende-se que a exploração da criança ocorre de diferentes maneiras e que a ajuda prestada pelas mesmas vai além daquilo que se julga necessário à organização de seu dia a dia. A ajuda das crianças nas lavouras de fumo tira das mesmas, direitos considerados essenciais ao seu crescimento saudável e continuado. Na maioria dos casos as crianças se vêem acumulando responsabilidades que não são delas e tornando-se adultos precocemente pelo fato de prestarem trabalhos exaustivos que não a competem.

Das análises feitas, conclui-se que poucos trabalhos se aproximam do objeto de estudo do presente trabalho. Verificou-se que a maioria dos estudos apresentados se dispõe a descrever o processo de cultivo do fumo, ou ainda a analisar o sistema integrado criado pelas fumageiras aqui no sul do país para prender o agricultor a elas. Foram encontrados trabalhos que tratam do uso de equipamentos de segurança e outros com propostas de substituição do cultivo do fumo por outra cultura. Mas onde estão os trabalhadores nessas obras? Por que as relações de trabalho não aparecem na maioria?

Em duas das obras analisadas foi possível perceber algumas relações de trabalho: em Paulilo (1990), por exemplo, está presente o sistema de troca, uma das relações de trabalho que ocorrem principalmente na colheita do fumo; ela descreve como as trocas de trabalho ocorrem entre vizinhos e até como esse sistema beneficia, de certa forma, os jovens e adolescentes, que neste período de trabalho intenso não tem lazer algum, e com a presença dos vizinhos podem trocar informações e até se distrair um pouco com conversa, já que o trabalho dura de domingo a domingo.

Na obra de Conde (2012) que trata do trabalho infantil, também é possível reconhecer relações de exploração com as crianças e como essa prática está presente nas famílias, não como exploração, mas como ajuda. A obra procura estabelecer uma relação da escola com essas crianças; nessa análise se percebe que a escola é apenas um escape usado pelas famílias para que a criança no período em que não esteja na escola, consiga render ainda mais no trabalho da roça.

Nas nove obras analisadas foram percebidos resquícios das relações de trabalho e de exploração do fumicultor apenas em duas, ressaltando a invisibilidade do mesmo na historiografia catarinense. Para que haja uma mudança nesse cenário este trabalho se propõe a analisar algumas das relações de trabalho que ocorrem no cultivo do fumo.

3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PRODUÇÃO FUMAGEIRA EM SÃO JOÃO DO SUL/SC

A produção de fumo em São João do Sul/SC teve início na década de 60, com algumas famílias, em pequenas propriedades. Inicialmente as empresas fumageiras implementaram o cultivo do fumo como uma experiência que já havia dado certo em outras regiões, mas que dependeria de vários fatores, como solo fértil, condições climáticas favoráveis e comprometimento dos trabalhadores com a planta para que houvesse sucesso no município.

Em análise dos dados da biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que contém informações da produção agrícola, seja ela temporária ou permanente, de todos os municípios e regiões do Brasil desde 1973, percebe-se um aumento significativo na quantidade de fumo cultivada no município. Em 1973, tinha-se uma área plantada de 426 (quatrocentos e vinte e seis) hectares; esse número se eleva em 1979 para 454 (quatrocentos e cinquenta) H.A; em 1989, para 1.351 (um mil, trezentos e cinquenta e um) H.A um aumento significativo na produção e em 1990 tem-se uma área cultivada de 1.228 (um mil, duzentos e vinte e oito) H.A, na década de 90, já se pode observar o declínio da produção de fumo no município, o que ocorre ano após ano.

Percebe-se essa queda no plantio do fumo também na fala do presidente do sindicato do município, que além de ser fumicultor desde 1979, é o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais desde 1996. O senhor Valdecir nos conta que houve realmente um declínio na produção do fumo em São João do Sul/SC; segundo ele o número de estufas no município já chegou a 700 (setecentas), número relevante se considerar a quantidade de habitantes da cidade que não chega a 08 (oito) mil. Hoje em 2014, o mesmo afirma que o número de estufas não chega a 300 (trezentas), uma queda bastante significativa no setor fumageiro do município.

Ainda em análise aos dados da biblioteca do IBGE, percebe-se uma mudança considerável nos números quando se refere ao rendimento e aos valores obtidos com a venda do fumo. No primeiro ano que se fez o levantamento, 1973, o rendimento médio em kg chegava a 1.500 (um mil e quinhentos), total em peso de todo o fumo produzido no município; em 1979 esse número se eleva para 1.700 kg (um mil e setecentos quilogramas); em 1989 passa para 1.863 kg (um mil oitocentos

e sessenta e três quilogramas) e em 1990 se tem um rendimento médio de 1.969 kg (um mil novecentos e sessenta e nove quilogramas).

Através destes dados, percebe-se a elevação da produção de fumo, mas quando se analisam os dados revertidos em cruzeiros é possível perceber mais claramente as proporções tomadas pela sua produção em São João do Sul/SC. No ano de 1973 tinha-se o valor de 1.768 (um mil setecentos e sessenta e oito) cruzeiros como total da venda de toda a produção de fumo, quando que em 1990 esse valor passa para 84.630 (oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta) cruzeiros. É possível perceber o aumento visível dos valores e isso se deve não ao aumento exacerbado da área plantada, mas sim ao preço e a qualidade do fumo produzida.

Quanto ao custo da produção, é possível analisar esse fator que sempre pesou muito no orçamento do cultivo do fumo. Em Paulilo (1990) foi encontrado um exemplo dos valores gastos na produção. Na sua pesquisa, que abrange os anos de 1983 e 1984, a mesma alega que 53% (cinquenta e três por cento) do custo está destinado à mão-de-obra, enquanto que fertilizantes, lenha, juros e outros somam juntos um total de 24% (vinte e quatro por cento) dos gastos. O que mais pesou na produção de fumo sempre foi a mão-de-obra, e por esse motivo as famílias numerosas sempre conseguem um melhor resultado final no que se refere aos lucros, pois os mesmos empregam mão-de-obra própria e por isso diminuem os gastos com a plantação.

Neste período da década de 90 as empresas integradoras iniciam um processo tecnológico no que se refere à produção de fumo. Surgem os “*kits floats*” para facilitar o primeiro processo do cultivo e aumentar a qualidade da muda que produzirá melhor. Aparecem as primeiras estufas movidas a motor e totalmente tecnológicas, com sistemas inteligentes de controle de temperatura e seca da folha, melhorando assim a qualidade e a cor do fumo, fator de extrema importância na hora da venda; quanto melhor a qualidade, melhor o preço. Seriam esses os principais fatores para o aumento considerável no valor total da venda do fumo no município.

No processo de produção tradicional, o fumo era semeado em canteiros no chão, e seco em estufas de varas. Paulilo (1990) fala um pouco desse processo:

O grau de mecanização, mesmo nos proprietários com grande número de estufas, é baixo. A única máquina bastante difundida é a tecedeira, que costura as folhas de fumo numa vara que é colocada dentro da estufa (PAULILO, 1990, p.139).

Esse sistema permaneceu predominante até final dos anos 90, mas como demandava mais tempo e trabalho manual por parte do produtor, acabou sendo substituído pelos *kits floats*, estufas de grampo e folha seca que são mantidas com energia elétrica e eliminam o uso da tecedeira. Nem todas as propriedades possuem toda essa tecnologia, mas observa-se pelos entrevistados que ainda plantam fumo que a maioria já faz uso dos novos equipamentos.

3.1 ARRENDATÁRIOS E AGREGADOS

Inicialmente, serão analisadas as entrevistas feitas com os agricultores do fumo. É importante ressaltar o quanto a história oral se faz necessária para esta etapa da pesquisa; é através dela que se torna possível perceber a realidade na qual o fumicultor esteve e está inserido, e quais as mudanças ocorridas durante as décadas em análise.

Os fumicultores que não possuem terras cultivam o fumo como agregados ou arrendatários. No sistema de agregados os trabalhadores fazem uso da propriedade num todo, usam a casa e todas as instalações da propriedade, dividem as despesas da plantação com o proprietário e no fim dividem os lucros com a venda do fumo, situação vivida pelos agricultores Osvaldino e Iracema, durante toda sua vida.

A entrevistada Neci, viveu parte de sua vida enquanto produtora de fumo no sistema de agregado, mas após alguns anos ela e seu marido conseguiram adquirir uma "morada", e passaram então a cultivar o fumo como arrendatários; a partir daí eles passaram a possuir casa e todas as instalações necessárias ao plantio do fumo, menos a terra, que arrendam por um determinado valor que será pago ao proprietário ao fim da safra.

Nesse sistema o trabalhador tem mais autonomia e não depende do patrão para tomar as decisões necessárias referentes ao fumo. Paulilo (1992, p.162) define melhor os dois termos na citação abaixo:

O termo "agregado" só é usado para parceiros de fumo, pois esses moram na propriedade do patrão. Existe também parceria para outros tipos de lavouras, como milho e arroz mas, nesses casos, mesmo que o proprietário receba o pagamento do aluguel da terra em espécie, fato incomum, o que planta é chamado de "arrendatário".

A primeira entrevista, colhida em novembro de 2013, foi concedida por um casal de agricultores, hoje já aposentados, mas que cultivaram fumo por cerca de 45 anos, entre 1960 e 1995, tendo parado apenas quando de suas aposentadorias.

O casal Osvaldino José Santos e Iracema da Silva, que são analfabetos, reside hoje na comunidade de Vila São José em São João do Sul/SC, em uma casa simples de madeira, com pouco conforto e um pequeno quintal; segundo eles, a pequena propriedade foi tudo que conseguiram adquirir ao longo de uma vida como produtores de fumo.

Possuem uma família grande, oito filhos, dos quais a maioria não estudou e alguns cursaram até o quarto ano. Quando questionados sobre a questão da educação e o por que de seus filhos não terem estudado, justificavam-se pelas distâncias das escolas e pela falta de vontade dos filhos; para eles o trabalho desde muito pequenos não interferia no estudo, se o filho desejasse poderia estudar. Por serem uma família grande sempre trabalharam no plantio do fumo apenas com mão de obra familiar. Em todo o período que trabalharam no cultivo do fumo, o casal sempre foi agregado, e por isso residiram em várias comunidades do município (SANTOS; SILVA, 2014).

No sistema onde o agricultor é agregado, ele possui apenas a força de trabalho. Utiliza-se da casa, das terras e demais utensílios do proprietário. Neste sistema toda a despesa e os lucros com a safra são divididos entre agregado e patrão. É de responsabilidade do agregado prover toda mão-de-obra necessária, não tendo o proprietário nenhuma responsabilidade quanto a isso e também nenhum custo.

Sobre os patrões, o casal alega que “alguns eram bons outros não, sabe como é” – informação verbal. Para eles o patrão bom era aquele que além de dividir toda a despesa lhes cedia um pequeno pedaço de terra para o cultivo de produtos para o consumo da família. Mas, pode-se perceber nas entrelinhas do que foi dito, que nem todos os patrões eram de acordo com o uso de sua terra para o plantio de alimentos ou qualquer outra cultura que não fosse o fumo (SANTOS; SILVA, 2013).

Pode-se perceber ainda na entrevista do casal, a questão do trabalho infantil e da falta de tempo, oportunidade e interesse por parte dos pais, no sentido da escolarização de seus filhos, esses fatores estão evidentes na citação abaixo;

Os filho mais “velho” ajudavam na roça; o Neri botava veneno, ele e a Neça quase não “estudaro”, tinha que trabalha e “nois” morava muito longe, os outros até que “estudaro” até a quarta serie, o Neri e a Neça que não

“aprendero” nada, mas depois que “comecemos” a trabalhar com fumo nunca “passemos” fome. “Nois” podia planta umas plantinha, e eu no domingo chegava visita e eu “tava” lá “ó carpindo na roça”, por que se não dava na semana não podia deixa né (SANTOS; SILVA, 2013).

Fica evidente que os filhos trabalhavam como adultos, durante todo o processo de produção do fumo, além das precárias condições em que viviam, isolados em lugares onde não era possível aos filhos terem acesso a escola.

Percebe-se também com a fala do casal que o trabalho era de domingo a domingo, não havendo o momento para o descanso; como se não bastasse a jornada de trabalho estendida durante toda a semana os trabalhadores ainda tem que trabalhar nos fins de semana.

Este é um fator bastante evidente no capítulo inicial deste trabalho. Com as análises feitas é possível perceber em algumas das obras, mesmo tratando de temas diferenciados, a presença de trabalho exaustivo e exploração da mão-de-obra familiar. Para Paulilo (1992) "a auto-exploração da família é uma das principais características da fumicultura".

Outro fator que os entrevistados ressaltam é quanto ao fato de que o fumo proporcionou para eles uma melhor condição de vida, questão presente na frase da citação acima, "depois que começamos a trabalhar com fumo nunca passemos fome" - informação verbal (SANTOS; SILVA, 2013). Mesmo tendo condições de trabalho ruins, o cultivo do fumo traz uma renda maior às famílias, suprimindo ao menos suas necessidades básicas de sobrevivência, já outras plantas não oferecem nem ao menos isso.

É possível perceber com a fala de seu Osvaldino e de sua esposa Iracema, o quanto viviam em extrema pobreza até ingressarem no cultivo do fumo, pois mesmo sabendo e sentindo “na pele” vários dos malefícios causados pela planta, este cultivo proporcionou a eles e seus filhos uma melhor condição de vida. Esse fator se deve principalmente pelo sistema integrado, onde as companhias de tabaco se comprometem a comprar toda a produção e disponibilizam ao agricultor o custeio, dinheiro que vem em forma de empréstimo e que proporciona ao trabalhador uma forma de sustento até a venda do produto.

A entrevista seguinte é feita com a senhora Neci Santos da Silva, nasceu em 1956, em casa; hoje com 58 anos, já aposentada, mas ainda cultiva o fumo para ajudar seu marido. Eles plantam fumo a cerca de 25 anos. A senhora Neci é filha de

fumicultores, e cresceu no município vizinho de Praia Grande/SC com mais 07 (sete) irmãos; começou a plantar fumo com 17 anos. Seus pais sempre cultivaram fumo no sistema de agregados e por isso sempre moraram em vários lugares, antes de chegarem a São João do Sul/SC. A entrevistada e a maioria de seus irmãos são analfabetos, ou estudaram até a 4ª série, segundo ela devido às condições de moradia, que eram muito isoladas, e também porque sempre tiveram que trabalhar desde cedo, sendo que não sobrava tempo para a escola (SILVA N, 2013).

A entrevistada é casada a cerca de 33 anos e tem 03 filhos, dos quais uma filha concluiu o ensino médio, o filho mais novo tem o ensino médio incompleto e uma filha esta cursando uma graduação. Neci e seu marido sempre cultivaram o fumo no sistemas de agregados, mas há alguns anos compraram uma "morada", casa com um pequeno pedaço de terra e uma estufa e hoje plantam fumo no sistema de arrendatários, onde pagam somente pelo pedaço de terra onde cultivam o fumo, não tendo que responder a um patrão (SILVA N, 2013).

A entrevistada conta que para ela o fumo sempre foi uma atividade apenas de sobrevivência, conforme se percebe em sua fala:

Do fumo nunca adquirimos nada, só essa casa pra morar, e as doenças que restaram, hoje "to ai toda descolunada né", cheia de doença, porque a gente fazia serviço que não "pudia", vivo agora cheia de dor, de tanto trabalhar no sol, na chuva e cuida dos fogo das fornalhas (informação verbal) (SILVA N, 2013).

Na fala acima é possível perceber, que a mesma sempre teve uma vida sofrida, e ao longo de uma vida de trabalho duro, sem horários e dias para descanso, ela adquiriu mais dores do que bens materiais.

No que se refere aos padrões a entrevistada tem o mesmo ponto de vista dos primeiros entrevistados, nos diz que "alguns eram bons, outros não"; para os agricultores o patrão "ser bom", era ajudar nas despesas e permitir que eles plantassem uma "mandioquinha, um milhinho, ter uma hortinha". A entrevistada cita esses fatores como sendo atos de bondade de seus respectivos padrões, pois segundo ela alguns "queriam receber a metade de tudo que era plantado na terra, tudo tinha que repartir" – informação verbal; isso para o trabalhador não era justo, pois todo o trabalho pesado era feito pelos mesmos, e o dono da terra já recebia a metade de toda a safra do fumo (SILVA N, 2013).

A partir da fala de dona Neci, pode-se perceber a relação de exploração por parte dos “patrões”, que não se contentam em levar metade da produção do fumo, querem ainda metade de tudo que os agricultores plantam para subsistência da família.

Uma obra bastante completa no que se refere à cultura do fumo é o livro de Maria Ignez Paulilo (1990), ao qual utilizamos na análise do primeiro capítulo deste trabalho. No livro a autora dedica um capítulo à cultura do fumo e descreve com riqueza de detalhes todo o processo de cultivo do fumo, tratando ainda das muitas relações de trabalho existentes nesta cultura.

Dois dos entrevistados cultivam ou cultivaram o fumo no sistema de agregados e sobre essa situação Paulilo diz;

A situação dos agregados é muito penosa. Trabalham com um tipo de cultura que exige um esforço exaustivo e, mesmo assim, muitas vezes o chefe, ou outro membro da família, tem que fazer algum tipo de trabalho remunerado para ajudar na manutenção da família (PAULILO, 1990, p.161)

Com a citação acima, torna-se possível entender a fala da entrevistada, que trabalha nesse cultivo que exige muito do trabalhador, e lhe proporciona no fim da vida problemas de saúde e uma aposentadoria vergonhosa que mal cobre os custos com remédios.

Na entrevista com a senhora Neci surge um elemento bastante pertinente a nossa pesquisa, a contratação de "peão", trabalho temporário presente principalmente em famílias pequenas uma das relações de trabalho existentes no cultivo do fumo. A entrevistada conta que durante o período que plantaram mais fumo, tinham que pagar alguém pra ajudar, pois os filhos estudavam meio período e só ajudavam quando estavam em casa, deste modo o trabalho do "peão" era indispensável. Durante alguns anos a família fez uso desta mão-de-obra remunerada; algumas vezes o "peão" trabalhava por dia, mas havia também o trabalho mensal, onde esse trabalhador comia e dormia na casa da família durante os dois meses da colheita, período onde se emprega esse tipo de mão-de-obra. Havia ainda outra situação onde o trabalhador temporário passava somente o dia na residência onde trabalhava e a noite ia para sua casa. A família da entrevistada fez uso de mão-de-obra nos dois sistemas durante alguns anos, mas também participou do sistema de troca com vizinhos, onde se trocava serviço para carregar estufa e até

no período de colheita, o que possibilita ao trabalhador uma boa economia que se reflete no dinheiro que sobra ao fim da safra (SILVA N, 2013).

Sobre essas relações Paulilo fala:

Caso não troquem dias, os proprietários têm que contratar camaradas. Os que têm várias estufas preferem contrata-los por todo o período da safra, cerca de dois meses, pagando mensalmente. Mesmo pagando mais que a média, na época de mais trabalho é difícil achar quem contratar, porque os camaradas são muito procurados. Os proprietários já combinam antes da safra com os futuros trabalhadores. A forma mais comum de remuneração é a "limpa", assim denominada quando o dono da terra fornece a alimentação dos trabalhadores. Esta forma se contrapõe á "suja", que é quando o camarada traz a comida de sua própria casa. (PAULILO, 1990, p.144)

Quando questionada sobre o uso de agrotóxico, a mesma relata que no início, quando tinha 17 anos e trabalhava com seus pais, o uso era bem menor que atualmente, mas com o tempo, as mudanças climáticas e o surgimento de novas pragas e doenças no fumo, a quantidade aplicada é muito maior.

Sobre a queima da lenha, a entrevista fala do uso do eucalipto como principal fonte para a seca do fumo, por ser um pouco mais jovem que os entrevistados anteriores não participou do período onde se usava madeira de mata, mas reclama que um dos principais elementos que contribuiu para suas doenças, como dores na coluna e reumatismo, são a responsabilidade da mulher de durante o dia cuidar do fogo da estufa, muitas vezes em dias de chuva, "pegar muito calor na boca da fornalha, e depois sair na chuva" (SILVA N, 2013).

3.2 PRODUTORES DE FUMO PROPRIETÁRIOS DE TERRA E ESTUFA

A entrevista seguinte foi com a senhora Maria Palmira Bauer, residente na comunidade de Vila Gabriel em São João do Sul/SC, nascida em 09/08/1938, em casa, no município de Torres/RS, hoje com 76 anos, semianalfabeta, casada com o senhor Dario de Matos Bauer. O casal foi um dos primeiros a ingressar no cultivo do fumo no município. Casados há 53 anos, inicialmente plantavam mandioca, cultivo já presente na família do marido de dona Maria, só depois de alguns anos optaram pelo plantio do fumo, pelos mesmos fatores que outros agricultores o fizeram, o fumo proporcionava ao trabalhador maior segurança (BAUER, 2014).

Acredita-se ser importante ressaltar, que tanto dona Maria como seu Marido são provenientes de famílias que possuem uma grande quantidade de terra,

e por isso sempre plantaram fumo em sua propriedade, não necessitando participar do sistema de agregado ou arrendatário.

Interessa também dizer que dona Maria, hoje já aposentada, reside em uma casa muito boa de alvenaria, ampla e bem mobiliada, junto com seu marido e um filho ainda solteiro; a propriedade muito bonita e grande está totalmente cercada de fumo, uma lavoura bastante grande, que segundo ela é mantida somente com mão-de-obra familiar; os filhos já casados, juntamente com seu marido e filho solteiro tocam toda a lavoura sozinhos. Dona Maria ressalta que já não trabalha mais na roça, hoje somente fica em casa e faz a comida para a família (BAUER, 2014).

Durante a entrevista quando é questionada sobre sua mãe, perguntou-se se a mesma trabalhava na roça, e foi dito prontamente que não, pois a mãe tinha uma filha cega e com deficiência mental, além de ter "um filho atrás do outro", são 12 (doze) no total, o que não lhe permitia trabalhar na roça com o marido.

Dona Maria diz: "Eu sou a mais velha de 12 irmãos, eu trabalhei, desde os quatro anos eu já carregava leite, daqui como naquela casa lá hó, e era obrigada tinha que fazer por que a mãe não podia" – informação verbal (BAUER, 2014). Na fala de dona Maria pode-se perceber o quanto sua infância foi sofrida, tendo que trabalhar desde muito cedo, para ajudar a família; fala ainda que criou todos os irmãos, e que deixou todos criados quando se casou. Ela conta ainda, quando questionada se brincava quando criança, "que quase não brincou, muito pouco, pois tinha que trabalhar, e as vezes aos domingos brincava um pouquinho com as primas que moravam perto" – informação verbal (BAUER, 2014).

Dona Maria teve onze filhos, dos quais dez estão vivos, sete deles de parto normal em casa, o oitavo nasceu morto e por isso teve que fazer cesariana dos últimos três. Ela e seu marido plantam fumo já faz uns 40 anos; segundo ela nunca pagaram mão-de-obra externa, sempre conseguiram tocar a safra com a família e trocavam serviço com os vizinhos, que eram todos parentes, tios, primos, todos da mesma família (BAUER, 2014).

Os filhos de dona Maria, todos estudaram. Segundo ela os mais velhos fizeram o ensino fundamental incompleto, pois era muito longe da escola e tinha pouco recurso, já os mais novos tem o ensino médio completo, o que foi possível através da instalação de uma escola na comunidade e de transporte disponibilizado pela prefeitura para o ensino médio, que só era disponibilizado no centro da cidade.

É importante ressaltar que comparado aos filhos do primeiro casal entrevistado, que cultivavam o fumo no sistema de agregado, onde a maioria não estudou nada e alguns fizeram o fundamental incompleto, os filhos dos agricultores proprietários estudaram.

A partir da educação, pode-se perceber as diferenças entre os dois sistemas, pois o proprietário consegue oferecer a seus filhos a oportunidade de estudar, como se observa nos dois casos onde os entrevistados são donos das terras; já no sistema de agregado, percebe-se que os filhos, quando não são analfabetos, estudaram apenas o fundamental, o que possibilita perceber a realidade das duas situações.

Quando mencionadas as companhias fumageiras, questionou-se dona Maria sobre o que ela pensa sobre as mesmas, e responde: "os filhos dizem que podia ser melhor", um dos filhos de dona Maria estava presente na cozinha neste momento e interfere dizendo que; "as companhias sobem o preço do BO1, mas ai o fumo que é BO1 elas pagam BO2, e ai da na mesma coisa, eles manda no preço do fumo, eles mandam no preço do adubo, não adianta tira da correia e trazer pra casa" – informação verbal (BAUER, 2014).

A classificação do fumo está sujeita a 46 (quarenta e seis) tipos; cada classe possui um valor que se relaciona com a qualidade do mesmo. O melhor preço é pago ao fumo que possui cor clara e massa na folha; quanto mais escura e leve a folha, menos as empresas fumageiras pagam pelo produto e mais no final da tabela de classificação ele se encontra.

Com a fala do filho de dona Maria é possível perceber a realidade do fumicultor não só de São João do Sul/SC, mas de todas as regiões fumageiras do estado. Nota-se o controle que as companhias têm sobre o fumo e como elas manipulam todas as etapas do plantio e da venda segundo aquilo que as favorece.

Notou-se da mesma forma a submissão do agricultor, que se encontra acorrentado a um sistema do qual ele é coadjuvante e não tem poder nenhum sobre seu produto.

Seguindo a entrevista, dona Maria também fala a respeito das companhias do início quando ela e o seu Dario começaram:

Nos primeiros dois anos que nós plantamos fumo, não conseguimos pagar as contas, naquele tempo ainda não tinha o custeio, depois ai já tinha, vinha

um dinheirinho que dava pra se manter, ai depois foi melhorando e hoje até que o fumo da um dinheirinho, da pra se manter (BAUER, 2014).

Na fala da mesma, percebe-se a precariedade do início, há 40 anos atrás, quando o fumo inicialmente não proporcionava a seus produtores nem o suprimento das necessidades básicas; e, como esse cenário se modificou rapidamente com o aperfeiçoamento da produção e, conseqüente aumento devido às melhores condições de vida oferecido pelo mesmo.

Ainda, sobre a lenha que é queimada durante o período da seca do fumo, na propriedade de dona Maria e seu Dario, há um espaço destinado a plantação de eucalipto, para ser utilizado na estufa, mas segundo dona Maria a quantidade não é suficiente e por isso se compra lenha de fora para complementar a que eles já possuem (BAUER, 2014).

Outra questão interessante na propriedade é que existe uma área de proteção ambiental, onde não se pode mexer como conta a entrevistada: “lá não pode mexer pra tirar um pau tem que ser escondido” – informação verbal (BAUER, 2014). A fala dela conta da existência de mata preservada que mesmo sob proteção ambiental a família retira alguns paus “escondido”, desrespeitando a lei.

Quanto ao uso de agrotóxico, conta que inicialmente não era feito o uso de nenhum tipo de equipamento de segurança, seu marido e filhos faziam uso dos venenos sem proteção. Quando surge a lei de uso obrigatório do equipamento, e as companhias passam a exigir a compra e uso do mesmo, então como na maioria dos casos a família começa a se proteger. Mas dona Maria fala que um de seus filhos, não pode aplicar os insumos nem com o uso do equipamento, pois passa muito mal. Com esta fala se pode perceber o quanto os agrotóxicos podem ser prejudiciais à saúde humana, além de contaminarem o solo e os lençóis de água (BAUER, 2014).

Ainda sobre o uso de agrotóxicos, Paulilo (1990) através das entrevistas colhidas para seu livro, expressa algumas questões sobre esse tema;

Apesar da unanimidade em se referir ao perigo dos agrotóxicos, os entrevistados também foram unânimes em afirmar que não tomam todo cuidado necessário. Sempre se confessaram "relaxados" nesse sentido. O pai da família se preocupava um pouco mais com os filhos. [...]. Mas quando se tratava dele mesmo, o descuido era total (PAULILO, 1990, p.146)

Quanto ao uso de agrotóxicos e do equipamento de segurança, sabe-se que não se faz totalmente dentro dos padrões de segurança. em uma das obras

analisadas no primeiro capítulo, que trata do uso do EPI, equipamento de segurança, feita no município de Jacinto Machado/SC, pode-se perceber através das entrevistas feita com os agricultores, que os mesmos fazem uso do equipamento somente no momento da aplicação do agrotóxico, depois não há como se proteger pois não existem equipamentos adequados a todos os processos de cultivo do fumo.

Essas circunstâncias estão evidenciadas no trabalho de Nunes:

O uso de equipamentos de proteção individual ainda é um dos principais problemas a ser amenizado dentro do meio rural, pois no cotidiano do trabalho agrícola pode-se perceber que entre os fumicultores, na sua grande maioria não usam roupas de proteção básica como máscaras, luvas e botas. Os agricultores reclamam das altas temperaturas do nosso clima tropical, o que torna os equipamentos de proteção inadequados ao trabalho, além de ser mais um custo para o produtor (NUNES, 2010, p.25)

Os equipamentos são geralmente bastante quentes e pesados, o que no verão não permite seu uso, além de que o veneno aplicado na planta permanece nela após a aplicação, e o agricultor só se protege durante a aplicação depois não há proteção alguma.

Entre os trabalhadores há muitos casos, onde em dias de chuva algumas pessoas não podem ter contato com o fumo, pois causa vômito e náuseas, fatores significativos para que se possa perceber os malefícios causados pelos agrotóxicos e conseqüentemente pelo fumo.

Na entrevista seguinte, falou-se com o senhor Valdeci de Andrada Pereira que mora na comunidade de Cipriano Alves, São João do Sul/SC desde que nasceu em 29/10/1951; nascido em uma família de quatro filhos, seu Valdeci é o mais novo. Sua família sempre viveu da agricultura, com o cultivo da mandioca e engenho de farinha, além da criação de suínos. Seu Valdeci casou-se em 1973, com 22 anos e durante um tempo continuou no cultivo da mandioca com sua família, em 1979 ele ingressa no cultivo do fumo. Como possui duas propriedades o mesmo empregou em uma de suas propriedades uma família de agregadas, por vários anos, onde ele alega que faziam todo o trabalho na base da troca de mão de obra, há alguns anos com o casamento de seu filho mais velho as propriedades passam a ser cultivadas apenas pela família.

Quanto a sua infância, quando questionado, seu Valdeci conta que estudou até a quinta serie, ia pra aula no lombo de um cavalo, de pés descalço, que teve bastante dificuldade para estudar, pois a escola que frequentava ficava no

município vizinho, na comunidade de Pirataba, que hoje pertence a Torres/RS. Seu Valdeci enfrentava dias de chuva e de inverno muito frio para ir a escola, e conta que quando acabou a quinta série foi aprovado para fazer o colegial na cidade de Torres, mas que optou por não ir, pois não havia transporte e ele havia perdido o interesse em estudar, por já ter passado muitas dificuldades (PEREIRA, 2013).

O que também está presente até aqui em todas as entrevistas é questão do trabalho da mulher na agricultura, pois quando questionados a maioria dos entrevistados, relatam que sua mãe, ou sua esposa, ou a mulher quando entrevistada, que todas sempre trabalham junto ao homem na lavoura, sendo que a criação dos filhos fica por conta do filho mais velho, que acaba por assumir uma responsabilidade muito grande, que ainda muito pequenos, assumem a criação e a educação dos irmãos.

Essas características estão impregnadas na cultura do cultivo do fumo e de outras culturas também, principalmente no campo, onde trabalho árduo desde cedo faz parte da educação e criação das crianças; significa criar um ser humano trabalhador, com caráter e responsabilidade, uma pessoa digna.

Na obra de Soraya Franzoni Conde, a escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense, ela faz uma discussão sobre a naturalização do trabalho infantil nesta cultura como sendo parte da educação.

Seu Valdeci também expõe essa questão em sua fala, ele e seus irmãos foram "cuidados", pela irmã mais velha, enquanto a mãe acompanhava o pai na roça. Sobre sua infância, menciona que brincou bastante, fato que se difere dos demais entrevistados, que na sua maioria alegam não ter brincado, ou vivido a infância como criança, todos nos falam que ou assumiam a criação dos irmãos ou trabalhavam na roça desde muito cedo. Talvez por seu Valdecir ser o mais novo de uma família pequena, se comparada com os demais entrevistados, seja o que lhe favoreceu a ter uma infância mais intensa, pois na análise geral se percebe que os filhos mais velhos são aqueles que assumem a responsabilidade com a criação dos irmãos (PEREIRA, 2013).

Quando questionado sobre a compra do fumo pelas companhias seu Valdeci afirma:

Eu acho que é justo, sempre tem uma coisa assim "ho", nos seres humanos sempre queremos mais, então nos temos que ser realista da realidade, hoje se as empresas compra o fumo dentro de uma portaria, que é feita pelo

ministério da agricultura, o agricultor não planta fumo, tem uma portaria do ministério da agricultura que é a normativa, mas ela sempre compra acima daquela normativa, então o agricultor se for dentro da normativa o agricultor não planta fumo, da desespero e não compra fumo, então favorece (PEREIRA, 2014).

Através da fala descrita acima, pode-se perceber que o senhor Valdecir é um defensor da cultura do fumo, além de defender a compra do produto pelo valor relativamente baixo pago pelas companhias, pois a venda do produto para exportação rende as empresas até cinco vezes o valor pago ao agricultor.

O entrevistado ressalta várias vezes durante a entrevista a questão que “o fumo dá dinheiro ao agricultor”, e que causa malefício a saúde de quem fuma, mas fuma quem quer; segundo ele ninguém é obrigado a consumir o produto, mas enquanto houver consumidor o fumo tem que ser plantado; para ele não há outra cultura, seja no município ou em outros lugares, que renda ao produtor o mesmo valor final que o fumo. Ele diz "com uma área de terra de 03 hectares o fumicultor planta 30 mil pés de fumo, e consegue no final um valor agregado de até 36 mil reais", em uma propriedade pequena nem um outro produto pode proporcionar essa renda (PEREIRA, 2013).

Esta parece ser também uma explicação para muitas famílias trabalharem nesta atividade, ou seja, a necessidade de pouca terra para o plantio, diferente, por exemplo, da plantação de mandioca que necessita de muito mais terras.

Mas o que é interessante pensar é que esse valor é significativo, mas não expressa a realidade. O entrevistado enfatiza o valor, mas não cita as despesas que o fumo demanda; ele fala apenas de maneira superficial das despesas, quando diz que a "mão de obra é muito cara e que o agricultor tem que saber levar, pra poder ter lucro" – informação verbal (PEREIRA, 2014).

Mas é interessante pensar que o valor citado por ele não representa o valor final no bolso do agricultor, pois deste valor desconta-se os insumos, o custeio, a lenha e em alguns casos a mão de obra externa, quando a família não supri a demanda, no final o que sobra é um valor muito menor.

Sobre a questão dos agrotóxicos ele comenta;

Vou ser honesto com você, hoje tem uma cultura que existe muito pouco agrotóxico é o fumo, eu digo assim, sou defensor do fumo, vou em qualquer lugar defender o fumo, eu não “to” defendendo o fumo e sim os agricultores que planta, por que ele é uma cultura que depois de pronto fuma quem quer, ninguém obriga, então a grande realidade hoje dentro do contexto do

fumo a gente sabe que ele é malefício pra saúde mas não é o vilão do agrotóxico, por que tem outras culturas que nos se alimentamos que tem muito mais agrotóxico, ninguém tem consciência disso, então a grande realidade é essa ele é malefício é ele não faz bem a saúde a gente sabe agora fuma quem quer, agora o alimento vai na mesa do cidadão ele vai e as vezes ele não “ta” consciente de quanto ela “ta” usando de agrotóxico, então as pessoas tem que estar consciente, por ele pode até fazer mal pra saúde mas faz bem pro bolso de quem planta (PEREIRA, 2014).

Seu Valdeci como presidente do sindicato há 18 (dezoito) anos é um defensor assíduo da cultura do fumo, como se pode perceber acima.

Mas é interessante pensar que o uso de agrotóxicos se faz em vários cultivos, mas existem diferentes variedades dos mesmos; sabe-se que os utilizados no fumo são bastante tóxicos; existem alguns boatos entre agricultores de suicídios cometidos com agrotóxicos. A partir desses casos é possível fazer uma ideia mais realista de quão mortal podem ser os insumos.

Cabe destacar ainda que o produto fica presente no fumo durante todo o processo desde seu plantio até a separação para a venda, e nesses processos passa várias vezes nas mãos dos agricultores, já que a maior parte da produção é feita manualmente, além de que os consumidores também recebem uma porção dos agrotóxicos, pois mesmo o fumo sendo lavado varias vezes no processo de fabricação do cigarro, não consegue eliminar todos os produtos utilizados durante sua produção.

Ainda sobre o uso de agrotóxicos, seu Valdeci ressalta que o equipamento de proteção EPI existe no meio rural, como já citado acima, mas ressalta que não existe um hábito por parte do produtor de fumo de usar o equipamento, ainda que o mesmo seja uma exigência das empresas, na maioria dos casos não fazem uso do equipamento (PEREIRA, 2014).

Nunes expressa algumas das razões pelas quais os agricultores não usam o equipamento;

Através da pesquisa, verificou-se a inexistência de equipamentos de proteção individual adequado à situação de trabalho dos produtores de fumo, que afirmam, em sua grande maioria, não utilizar estes equipamentos devido as dificuldades na realização das tarefas e também ao desconforto dos equipamentos inadequados para as condições climáticas cotidianas. (Nunes, 2010, p.48)

Sobre a questão ambiental quando questionado, conta que estavam indo por um caminho que não tinha mais volta, pois o desmatamento estava acontecendo

de maneira desenfreada, mas que agora com as leis que foram criadas de proteção das matas e da exigência das companhias integradoras de haver em determinadas propriedades uma área de preservação, e em outras áreas o plantio do eucalipto para uso, o desmatamento foi contido, mas já não há muito a preservar infelizmente (PEREIRA, 2014).

No município existem muitas relações de trabalho estabelecidas no cultivo do fumo, como moradora do mesmo e filha de produtores de fumo, vivi alguns e conheço a maioria de perto. Existem os trabalhadores donos das terras, que geralmente fazem uso de mão de obra familiar, ou de alguns "peões" durante a colheita, ou ainda em alguns casos se utilizam da troca de mão de obra com algum vizinho.

Segundo informações do entrevistado senhor Valdecir, o numero desse tipo de produtor/proprietário vem subindo muito nos últimos anos, pois segundo ele com a falta de comprometimento e honestidade de alguns trabalhadores, os donos de terras optam por cultiva-las eles mesmo, afinal não havendo lucro com o emprego de mão de obra de agregados ou arrendatários, a melhor opção é deixar as terras paradas ou colocar as mãos no trabalho (PEREIRA, 2014)

Através do conhecimento obtido de "antemão" com a vivencia entre produtores de fumo, pode-se ressaltar que, o que o presidente do sindicato chama de "falta de comprometimento e honestidade", é na verdade a forma que os fumicultores encontraram de expressar sua insatisfação com o sistema ao qual fazem parte é na verdade um modo de resistência e protesto. Nota-se ainda que o presidente do sindicato além de proprietário de terra é um defensor do fumo e das relações de exploração existentes nesta cultura, defende as empresas fumageiras e o sistema.

Hoje no município é muito pequeno o número de produtores de fumo que ainda trabalham no sistema de agregado ou arrendatário; os números vêm diminuindo ano após ano, segundo informações do presidente do sindicato dos trabalhadores de São João do Sul/SC, 90% (noventa por cento) dos produtores de fumo são donos das terras enquanto que apenas 10% (dez por cento) ainda trabalham como agregados ou arrendatários.

E esse número tão expressivo se deu segundo ele, pelo que analisamos no artigo quebra de confiança e oportunismo na cadeia produtiva do fumo, nesta obra vimos que muitas das relações existentes se baseiam na confiança, portanto

quando o trabalhador desvia seu fumo, ou vende sem autorização do proprietário da terra, acaba quebrando esse laço de confiança, forma essa que o trabalhador encontra como uma opção de resistência, essa situação ao longo dos anos vem causando um crescimento no número de que proprietários que optam por cultivar suas terras.

A venda de fumo aos atravessadores pode ser vista também como uma forma de resistência por parte do trabalhador a exploração das fumageiras.

Segundo os autores do artigo "*Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil*", "o atravessador traz um incremento do poder de barganha ao produtor. Como o agente atravessador passa a estar em maior contato com os produtores, há maior disseminação de informações sobre o mercado e sobre os preços" (Begniz; Estevalete; Pedroso, 2007).

Com isso o produtor consegue ao menos ter elementos para barganha com as fumageiras aos quais está integrado, ou ainda manifestar sua insatisfação com a situação.

Sobre essas relações seu Valdecir ressalta ainda que esses 10% (dez por cento) dos trabalhadores do fumo, que cultivam sob o sistema de agregado ou arrendatário, em sua maioria são pessoas muito boas e honestas, fator que os leva a ter terra para cultivar. O mesmo ainda ressalta que o cultivo do fumo está presente nas pequenas propriedades, que variam de 03 a 04 hectares de terra, e que mesmo num espaço pequeno o agricultor consegue uma renda boa, que não seria possível com o cultivo de outra planta (PEREIRA, 2014).

Essa situação faz refletir a respeito, afinal como alegam os entrevistados a renda é boa, mas vale tanto trabalho e sacrifício, ou o cultivo do fumo é uma última opção, uma imposição da situação onde não há investimentos em outras áreas que possam possibilitar a mesma renda.

Ainda em conversa com o agricultor/presidente do sindicato, lhe questiono quanto aos malefícios do fumo a saúde, se ele como trabalhador/agricultor desde muito cedo, sente algum mal que o trabalho excessivo e bastante pesado possa ter lhe causado, de imediato me responde que não, o que é bastante evidente em sua aparência, talvez isso se relacione com o fator de além de ser fumicultor ele ocupe o cargo de presidente do sindicato a vários anos. O que significa que seu tempo não é dedicado só ao cultivo do fumo, além de que o cargo de presidente implica em vários

compromissos o que não lhe permite estar presente todo o tempo em sua propriedade, onde o filho mais novo e sua esposa tomam conta da produção de fumo.

3.3 TRABALHADORES TEMPORÁRIOS

Os trabalhadores temporários são empregados principalmente na colheita do fumo, período onde o trabalho é mais intenso e a mão-de-obra familiar não consegue suprir toda a demanda necessária, esses trabalhadores são chamados por Paulilo de "camaradas", e na região onde a pesquisa é feita são conhecidos como "pião".

Como visto em Paulilo (1990) "é a mão de obra o item que mais pesa no custo de produção do fumo", pois os agricultores que cultivam o fumo consideram o valor cobrado por esses "piões" alto. Principalmente aqueles que trabalham no sistema agregado ou arrendatário, pois a despesa com a mão-de-obra é de responsabilidade sua, e no final acaba não lhe sobrando quase nada da safra do fumo.

Como trabalhador desta categoria, entrevistou-se o senhor Edson de Souza, que trabalhou como "pião" em 1994, 1995 e 1996. O senhor Edson, é natural do Rio Grande do Sul, reside hoje na comunidade de Três Coqueiros, em São João do Sul/SC e trabalha como caminhoneiro, tem 39 anos. Possui uma família de 03 filhos dos quais apenas um teve contato com essa cultura.

Na entrevista foi solicitado ao mesmo que falasse do período em que trabalhou no fumo; ele contou que teve um período que era pago por dia, e um ano que empreito, quando os trabalhadores empreitam a colheita das safras se combina um valor com o agricultor que será pago ao fim da safra. Fala ainda que quando trabalhou tinha que levar a comida de casa, pois o patrão não lhe fornecia (SOUZA, 2014).

Paulilo define como ocorria essa questão no cultivo do fumo:

A forma mais comum de remuneração é a "limpa", assim denominada quando o dono da terra fornece a alimentação dos trabalhadores. Esta forma se contrapõe á "suja", que é quando o camarada traz a comida de sua própria casa (PAULILO, 1990, p.144).

O entrevistado, na definição de Paulilo, trabalhou com uma remuneração "suja", que para o trabalhador significa um valor recebido diário maior, quando o patrão cede às refeições paga um pouco menos ao trabalhador, é necessário descontar o valor gasto com a alimentação.

O entrevistado relata ainda que Nesses anos que trabalhou no fumo mal conseguiam sustentar a família, diz ele "era trabalha um dia pra comer no outro e talvez no outro já não ter nada pra comer", pela sua fala é possível perceber a realidade dura a qual ele e sua família tiveram que enfrentar. Diz que só adquiriu dividas nesse período, o fumo para ele é um trabalho "péssimo", com jornadas de trabalho longas, "se pega muito cedo e se larga muito tarde", com um rendimento baixo, no período que o entrevistado trabalhou nessa cultura se ganhava por um dia de trabalho. Segundo ele recebia um valor de cerca de R\$ 40,00 (quarenta reais), valor relativamente baixo levando em consideração o trabalho empregado para resultar nesse valor, se torna ainda menor para uma família de 03 pessoas que dependem desse dinheiro para manter as necessidades básicas (SOUZA, 2014).

Quando não estava engajado na colheita do fumo, o entrevistado relata que plantava algum outro cultivo na terra do fumo, "a meia" com o proprietário, às vezes milho ou feijão dos quais no fim devia ceder metade ao dono da terra. Ou ainda conta que roçava algum "potreiro", ou fazia "bicos", tinha que trabalhar e por isso desenvolvia varias atividades para tentar manter a família(SOUZA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise das obras e das entrevistas colhidas com os trabalhadores do fumo, é possível afirmar que a historiografia do estado carece de mais estudos voltados para a questão dos trabalhos e das relações envolvidas no processo de cultivo do fumo. Enquanto que os trabalhadores necessitam de uma maior atenção e instrução para saberem agir em busca de seus direitos, tendo que superar a barreira social e cultural que envolve esse cultivo.

Através do relato de alguém que esteve ou está inserido nesse sistema, pode-se perceber o quanto o cultivo do fumo desenvolve uma cadeia de exploração, que começa com os contratos firmados com as empresas integradoras, onde elas prendem o fumicultor e os tornam submissos as suas vontades. Ou ainda nas relações estabelecidas entre trabalhador seja ele agregado ou arrendatário com seus patrões, onde suas atividades são limitadas pela imposição do poder do proprietário, que não lhe permite em muitos casos plantar nem mesmo algum produto para alimentação.

Há ainda a questão que envolve a própria exploração da família, onde todos tem que trabalhar desde muito cedo, não permitindo muitas vezes o acesso a direitos básicos como a educação. No caso do trabalhador temporário a situação é ainda pior, este não tem garantia nenhuma, trabalha de forma independente apenas alguns dias durante a safra e depois fica a própria sorte, vivendo de bicos ou qualquer outra atividade que apareça e lhe proporcione o sustento da família.

Através das entrevistas com os trabalhadores, foi possível analisar vários fatores referentes ao cultivo do fumo e dar visibilidade para várias das relações de trabalho estabelecidas no processo de cultivo do fumo.

Pode-se perceber que os trabalhadores entrevistados que trabalharam no sistema de agregado ou arrendatário não possuem escolaridade alguma, já os que são proprietários estudaram ao menos até o quarto ano.

A educação revela como a realidade dos dois grupos se difere, pois os agregados/arrendatários sofreram uma exploração ainda maior que os proprietários de terras, enquanto o proprietário barganha com as empresas o preço do fumo e ainda assim não se sente explorados pela mesma, o trabalhador agregado/arrendatário mal possui direito a barganha, pois o produto não lhe pertence somente, ele deve se submeter primeiro a vontade de seu patrão e depois

a vontade das companhias integradoras que fazem o que querem de seu objeto de trabalho.

As condições de trabalho às quais os fumicultores estiveram e estão expostos são bastante preocupantes, pois destroem e comprometem a saúde dos trabalhadores rurais através de uma jornada de trabalho cansativa e desgastante, contribuindo para o surgimento de diversos problemas de saúde, principalmente nas etapas de colheita, secagem e aplicação de agrotóxicos.

Pode-se afirmar que a cultura do fumo, apesar de ser uma atividade economicamente importante, demanda cargas de trabalho que podem afetar o organismo dos agricultores levando-os ao desgaste e, podendo causar problemas agudos e crônicos de saúde.

Através da pesquisa verificou-se que o fumicultor não se vê como explorado, nem como explorador, todo o sistema está para eles tão enraizado e naturalizado que não há vontade e nem estímulo para a luta por melhores preços do tabaco, ou ainda por melhores condições de trabalho, ou quem sabe uma partilha mais justa com os patrões do produto final. Existe um conformismo imenso com a situação que é perceptível ao pesquisador, nosso período de pesquisa abrange momentos ainda mais difíceis dessa cultura, se hoje em suas falas ou condições de vida já é possível perceber a dura realidade, imagine há 45 anos, quando a precariedade da situação e a falta de acesso à informação eram ainda piores.

Ressalte-se que todo o sistema ao qual a fumicultura está inserida dissemina uma teia de interesses e poder, onde o trabalhador é mero fantoche na mão de quem possuem os bens.

Pode-se concluir que no processo de produção do fumo as relações de trabalho foram e ainda são extremamente perversas. Empresas exploram os proprietários de estufas, estes exploram os arrendatários (agregados) que por sua vez exploram trabalhadores diaristas. Observa-se ainda a forte presença do trabalho infantil permeando esta atividade, que ao longo dos anos foi "naturalizado" como sendo uma forma de educação.

Por fim é importante ressaltar que, como toda pesquisa é inacabada, com esta não seria diferente. Existem possibilidades nesta pesquisa que demandariam mais tempo, a questão do sindicato dos trabalhadores, por exemplo, que seria interessante pensar no que a entidade vem fazendo ao longo dos anos pelos trabalhadores do município. Ou ainda a mobilização ocorrida há alguns anos, onde

os fumicultores do vale do Araranguá paralisaram a BR 101, e queimaram fumo na tentativa de conseguir melhores preços. Essas e outras questões referentes às relações de trabalho no fumo serão mais bem pensadas e pesquisadas na continuidade deste trabalho em uma pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

BAUER, Maria Palmira. **Entrevista V.** [Setembro, 2014]. Entrevistador. Andréia dos Santos da Silva da Rosa. São João do Sul, 01 arquivo Mp3. 13min.

BEGNIS; Heron Sérgio Moreira; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; PEDROZO, Eugênio Ávila. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gest. Prod., São Carlos**, v. 14, n. 2, p. 311-322, maio-ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf> . Acesso em nov.2014.

CARVALHO JUNIOR, Luiz Carlos de; BINOTTO, Paula Alexsandra; PEREIRA, João Gustavo de Savignon. **4.2 Cadeia Produtiva de Fumo.** Disponível em: [http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/arquivos/links/alimentos_agro_negocio/2005 CPR Fumo.pdf](http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/arquivos/links/alimentos_agro_negocio/2005_CPR_Fumo.pdf) . Acesso em: nov. 2014.

CARVALHO, Christianne Belinzoni de. **Relação Socioeconômica dos Fumicultores-Fumageiras da região de Sombrio/Sc.** 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação, Departamento de Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CONDE, Soraya Franzoni. **A escola e a exploração do trabalho infantil na Fumicultura catarinense.** 2012. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral. Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf Acesso em nov.2014.

NUNES, Gezziano Córdova. **Uso do EPI – Equipamentos De Proteção Individual Nas Pequenas Propriedades Rurais Produtoras De Fumo no Município de Jacinto Machado - SC.** 2010. 59 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Segurança no Trabalho, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

PAULILO, Maria Ighes Silveira. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos; O caso de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

PEREIRA, Valdeci de Andrada. **Entrevista IV.** [Setembro, 2014]. Entrevistador. Andréia dos Santos da Silva da Rosa. São João do Sul, 01 arquivo Mp3. 24min.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DORNELLES, Mizael; FERRARI, Stela. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales.** Vol. XVII, nº 987, 5 de agosto de 2012. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 [Serie documental de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-987.htm> . Acesso em: nov.2014.

SANTOS, Osvaldino José; SILVA, Iracema da. **Entrevista II e III**. [Novembro, 2013]. Entrevistador. Andréia dos Santos da Silva da Rosa. São João do Sul, 2013. 01 arquivo Mp3. 11min.

SILVA, Neci. **Entrevista I**. [Novembro, 2013]. Entrevistador: Andréia dos Santos da Silva da Rosa. São João do Sul, 2013. 01 arquivo Mp3. 12 min.

SOUZA, Edson. **Entrevista VI**. [Novembro, 2014]. Entrevistador. Andréia dos Santos da Silva da Rosa. São João do Sul, 01 arquivo Mp3. 10min.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Saraiva, 2012

THOMPSON, Paul, 1935. **A voz do Passado**: História oral. Tradução Lólio Lorenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operaria Inglesa**: a árvore da liberdade. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

UBA, Daniel. **Agricultores familiares e diversificação em áreas de cultivo de tabaco**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Ciências Rurais, Departamento de Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

ZYLBERSZTAJN, Decio; BUAINAIN, Antonio Marcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **Agricultura, Instituições e Desenvolvimento sustentável**: Organização e funcionamento do mercado de tabaco no sul do brasil. Campinas: Unicamp, 2009.